

É indisfarçável a decepção dos altos funcionários do governo brasileiro que se deslocaram para Washington na semana passada para entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Departamento do Tesouro dos EUA, de modo a garantir o fechamento do acordo com os bancos credores privados no próximo dia 15 de abril.

Não se esperava que o Fundo se comprometesse com a concessão de um crédito "stand by" ao País, o que só deveria acontecer em maio ou junho, depois da aprovação da carta de intenções que o governo brasileiro encaminharia àquela instituição. Mas constituiu surpresa, em face das anunciadas conclusões da recente visita de uma missão técnica do FMI, que o comunicado emitido em seguida ao encontro entre seu diretor-gerente, Michel Camdessus, e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tenha sido marcado por tanta frieza.

A nota, embora reconheça progressos na política de ajuste que se procura implantar, declara que, depois de um programa de monitoramento da economia, a carta de intenções com vistas a um esquema "stand by" poderia, provavelmente, ser encaminhada no mo-

Divida Externa Hora de a sociedade mostrar que acredita

mento acertado para a introdução da nova moeda. Pouco encorajador foi também o comunicado do Departamento do Tesouro, que manteve a posição, já anteriormente explicitada, de só emitir uma série especial de bônus depois da concessão de um crédito "stand by" pelo FMI. Aparentemente, nem o FMI nem o Tesouro opõem obstáculos à conclusão de um acordo do Brasil com os bancos credores, trocando dívida velha por dívida nova em 15 de abril e, para viabilizar essa operação, o Brasil dispõe-se a desembolsar sozinho os US\$ 2,8 bilhões exigidos como garantia colateral.

O acordo com as instituições credoras é muito importante não só sob o ponto de vista da imagem do País no exterior. Ele deve proporcionar recursos para financiamentos a mais longo prazo pelos bancos privados internacionais e o Brasil tem boas possibilidades de receber uma parcela considerável desses investimentos, se, como disse a nota do Tesouro americano, for mantido o "momentum" da reforma econômica.

Esta, na realidade, é hoje a questão central. Negociações internacionais são trabalhosas, mas, mesmo que não evoluam exatamente como gostaríamos, elas nem de longe chegam a intranquilizar tanto quanto deploáveis acontecimentos no plano interno de que a última semana foi pródiga. Um programa econômico tão bem elaborado como o proposto pelo governo, que foi e está sendo submetido a um intenso processo de discussões, vê-se agora ameaçado por mesquinhos interesses classistas ou corporativistas.

Se o Senado não rejeitar o aumento que os parlamentares se concederam na última semana, se prevalecer a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de converter a sua folha de pagamento em URV pela média dos vencimentos recebidos a cada dia 20 dos últimos quatro meses, o que deve valer também para todo o Judiciário, o Ministério Público, bem como o Legislativo, e se, como se prevê, servidores de empresas estatais e autarquias pleitearem a mesma vantagem, o plano de es-

tabilização corre, sem dúvida, um grave risco. Calcula-se que essa maré montante de artificialismo e equiparações custe ao Tesouro nada menos do que US\$ 2,1 bilhões.

Não compreendem a maioria dos congressistas, a alta magistratura e o poderoso estrato dos funcionários privilegiados quanto hoje o País se ressentir de maus exemplos. Se manobras tão despudoradas são levadas a efeito no âmbito do governo central, automaticamente elas devem refletir-se nos estados e nos municípios. E o custo das benesses pode duplicar ou triplicar.

É para evitar esse monstruoso rombo que a sociedade deve agora mobilizar-se, fazendo valer o seu direito de protesto. Como bem disse o economista Javed Burki, vice-presidente para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial (BIRD), que há pouco visitou o País, o programa econômico brasileiro só será bem-sucedido se a sociedade acreditar que o governo manterá o seu rumo contra a inflação, a cada etapa da luta contra ela. Chegou a hora de a sociedade mostrar, por todos os meios a seu alcance, que acredita em um futuro melhor e, por isso, abomina a voracidade dos príncipes da República.